



SERVIÇO SOCIAL E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: uma relação
com a precarização profissional

Walter Araújo de Albuquerque¹

RESUMO

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho tem sua origem determinada por fatores históricos, sociais e econômicos delimitados na fase monopolista do desenvolvimento capitalista. O presente trabalho propõe resgatar a trajetória histórica do Serviço Social, a nível macro e micro societário com ênfase na particularidade brasileira, enfatizando o impacto das transformações societárias para o processo de precarização que a profissão vem vivenciando, em especial, a partir do último decênio do século XX com a difusão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva de caráter flexível.

PALAVRAS-CHAVES: SERVIÇO SOCIAL; CAPITALISMO; PRECARIZAÇÃO.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre realizar uma análise sobre o desenvolvimento do Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, evidenciando os determinantes histórico e sociais que culminaram na sua emergência, profissionalização e legitimação diante do desenvolvimento capitalista.

A análise se pauta também nas transformações ocorridas no último decênio do século XX e na transição para o século XXI, no que concerne a crescente relação de precarização que a profissão vem passando por meio do desmonte das políticas sociais e da desregulamentação dos direitos sociais sob a tutela do neoliberalismo e da reestruturação produtiva.

2. CAPITALISMO MONOPOLISTA E A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL

No processo histórico do desenvolvimento capitalista, em especial na sua fase monopolista, encontraremos os alicerces para compreender a emergência do Serviço Social. Este período expressa uma vinculação da profissão as demandas construídas no complexo das contradições produzidas pelo conjunto das relações sociais de produção e reprodução da sociedade comum a esta fase.

¹Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: walter.araujoal@gmail.com



Delimita-se na transição entre o século XIX ao século XX a agudização das tensões entre capital e trabalho², é nesta conjuntura histórica que Netto (2011) expressa que, “é somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, socio-políticos e teórico-culturais [...] que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão” (p.69). Entendemos que é através do reconhecimento da questão social³, por meio do Estado, que vai ser possível a emergência do Serviço Social enquanto profissão, todavia este processo não ocorreu de forma imediata.

Nesta direção, a compreensão do significado do Serviço Social só é possível ser desvelado se inserido no complexo processo de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas, bem como das correlações de forças sociais em disputa. Por essa razão que seu reconhecimento enquanto profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, institucionalizada e legalmente reconhecida é resultado do movimento processual do desenvolvimento da sociedade capitalista, em especial na fase monopolista, e da intensificação de suas contradições, inerente ao seu próprio movimento, expresso pela questão social.

Destarte, Netto(2011) reafirma que “é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social.”(p.73), dessa forma podemos compreender que o Serviço Social emerge com uma função definida que é o de buscar legitimar a sociabilidade burguesa por meio de suas intervenções nas refrações da questão social, como bem expressa Martinelli (1993) “a origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo - , pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (p.66).

Tal processualidade se deu, como tocado inicialmente, pelo reconhecimento, a partir do Estado, da questão social. A estratégia assumida ainda na fase monopolista do desenvolvimento capitalista, pelo Estado, foi a de responder aos problemas sociais

² Segundo Martinelli (1993) a fase monopolista do capitalismo expressou o binômio urbanização e expansão industrial, criando um clima favorável a expansão e acumulação de capitais tendo como força motriz dessa capitalização a exploração crescente e desenfrada da força de trabalho. É nessa conjuntura que a organização dos trabalhadores (em especial os movimentos em torno do ano de 1948 – os movimentos insurrecionais) lutavam contra os mandos e demandas dos capitalistas em prol de melhores condições de trabalho “ [...]decorreram de árduas e complexas lutas e negociações dos trabalhadores. Em plena vigência do surto expansionista da industrialização capitalista.” (p.59).

³ “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho.” (FILHO , 1982, p.21 apud NETTO, 2011, p.17).



derivados do conflito capital e trabalho não mais de maneira repressiva, como caso de polícia, mas de maneira sistemática e mais elaborada. O Estado, funcional aos interesses do capital, incorporou outros protagonistas sociopolíticos, o proletariado, para alargar a sua base de sustentação e legitimação instituindo direitos e garantias cívicas e sociais, permitindo um dado consenso entre classes que assegurasse a continuidade da sociabilidade burguesa, é neste arcabouço que o Serviço Social se desenvolve, como uma das profissões que vai assegurar a preservação e o controle da força de trabalho.

O Serviço Social é, então, demandado enquanto participe do conjunto de profissões justificadas pelas necessidades de controle da força de trabalho e de legitimação da ordem societária burguesa. O Estado, ao buscar legitimação política, torna-se permeável a demandas da classe trabalhadora, que podem nele fazer incidir seus interesses e suas reivindicações imediatas. Nessas condições, as expressões da questão social podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática do Estado, tornando-se alvo de políticas sociais. (NETTO, 2011).

A necessidade de compatibilizar as questões relativas aos interesses da industrialização e acumulação capitalista à legitimação do sistema com as necessidades da classe trabalhadora são demandas que requerem e legitimam socialmente a profissão, enquanto participe da divisão social do trabalho capitalista em sua fase monopolista.

Em nível macrosocietário, delimitasse um mercado de trabalho propício para a inserção da profissão:

[...] constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social: a criação de um espaço socio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho. (NETTO, 2011, p.70).

Nesta direção, o Serviço Social conquista seu status de profissionalização, quando passa por um processo de ruptura com as suas protoformas de cariz filantrópico e religioso/doutrinário, esse processo de ruptura vai se caracterizar quando os agentes começam a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção que vão além das suas intencionalidades, adentrando em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle, caracterizando um afastamento das suas matrizes originárias, neste sentido Netto (2011) vai definir que “[...] marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instancias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam.” (p.72).



Seguindo para a particularidade brasileira, evidencia-se que o Serviço Social brasileiro se institucionalizou e se legitimou profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, inicialmente com o suporte da doutrina social da Igreja católica, na perspectiva de enfrentamento e regulação da questão social.

3. PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E SUAS MUDANÇAS NO PROCESSO HISTÓRICO NACIONAL

O Serviço Social emerge no Brasil na década de 1930 juntamente com o inicial desenvolvimento industrial e urbanístico da era Vargas. Possui por base social vínculos com o bloco Católico, emergindo como ramificação da Ação Católica e da Ação Social, influenciado também pelo Serviço Social europeu. Torna-se perceptível que a profissão possuiu, por meio das suas bases tradicionais, um cariz de ajustamento e de moralização. O corpo profissional se caracterizava, sobretudo, por mulheres provenientes de famílias abastadas, expressando a sua visão de mundo a partir das classes dominantes que lhes conferia uma superioridade natural em relação à população assistida, legitimando sua intervenção paternalista e autoritária.

A prática profissional era exercida expressando ações doutrinárias e assistencialistas, como assevera Iamamoto e Carvalho (2007) “os relatos existentes sobre as tarefas desenvolvidas pelas primeiras Assistentes Sociais demonstram uma atuação doutrinária e eminentemente assistencial” (p.190). A ação doutrinária desenvolvida pela profissão, expressivamente nas décadas de 1930 e 1940, torna-se funcional a inserção do Serviço Social pelo Estado, segundo Iamamoto e Carvalho (2007) “[...] esse conteúdo não se constitui em entrave à sua assimilação pelo Estado e empresas. Pelo contrário, essa formação é funcional as suas necessidades[...]” (p.179).

O desenvolvimento de entidades e instituições assistenciais de caráter público e privado que não se vinculam diretamente com a igreja, fez com que progressivamente o Serviço Social iniciasse um distanciamento⁴ do bloco católico, ou seja, “a profissão de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estreito quadro de sua origem no bloco católico a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades” (idem, p.309).

⁴ Todavia, a cisão com o bloco católico ocorreu de forma efetiva na década de 1970, com o processo de renovação do Serviço Social, especificamente no desenvolvimento da vertente de ruptura com o conservadorismo, como nos esclarece Netto (2010) “[...] a instauração da autocracia burguesa cria os suportes históricos-sociais para a evicção do Serviço Social ‘tradicional’[...]” (p.136).



No decorrer da década de 1940 e em percurso até meados da década de 1950, o Brasil passa a ter um alto crescimento econômico, tendo em vista o aprofundamento da industrialização nacional. Nesta conjuntura toma corpo o projeto desenvolvimentista, sua ideologia torna-se dominante por meio do ex. Presidente Juscelino Kubitschek e em seguida com o também ex. Presidente Jânio Quadro. O Serviço Social passa a ser uma das profissões que se insere na estratégia desenvolvimentista. Nesta direção, as novas ideologias que permearam os setores dominantes e as demandas objetivas para o Serviço Social, fortalecia a perspectiva de neutralidade que a profissão assumiu. Desenvolve-se também, sob influência do Serviço Social norte-americana, o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

Na década de 1960, o Serviço Social inicia um questionamento sobre a sua base teórica, expressa especificamente na América Latina, pelo movimento de reconceituação. Tal movimento almejava a construção de um novo Serviço Social, na América Latina, a partir da contestação ao tradicionalismo profissional. Todavia, na particularidade brasileira, o país estava vivenciando uma conjuntura de ditadura militar (1964-1985), implicando em novas condições políticas, inicialmente, desfavoráveis ao desenvolvimento dos ideais de um Serviço Social que contestasse o tradicionalismo da profissão. Entretanto, é possível verificar que mesmo sob a égide da conjuntura da autocracia burguesa o Serviço Social brasileiro vai passar por processos de mudanças, denominado de renovação do Serviço Social⁵.

O processo de renovação do Serviço Social, expõe Netto (2010), se expressou em três vertentes que caracterizavam diferentes projetos profissionais do Serviço Social em distintos contextos históricos, partindo da década de 1960 a 1980. Como reflexo do desenvolvimento de novos projetos e ações profissionais tivemos a perspectiva modernizadora, colocada como a mais conservadora; a perspectiva de atualização do conservadorismo, expresso pela fenomenologia e a intensão de ruptura, que dentre as três se evidenciou por ser a mais crítica.

Essas tendências vão ser expressas por alguns marcos, como o encontro de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) em que “a tendência modernizadora atinge seu auge[...]” (SILVA E SILVA, 2011, p.131), esta perspectiva se mostra acrítica e dualista. Assim, a essência da tendência modernizadora “[...] orienta-se pelo desenvolvimentismo, se

⁵ Netto (2010) nos traz tal conceito quando coloca: “entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrações da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando invertir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demanda sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.” (p.131).



fundamenta, teoricamente, no estrutural-funcionalismo e se preocupa em repassar os programas governamentais para as populações, sem uma crítica à ordem vigente” (SILVA E SILVA, 2011, p.131).

A perspectiva da reatualização do conservadorismo expresso pela fenomenologia que tem como foco a subjetividade, o diálogo percebido como ajuda psicossocial e a transformação social a partir de uma suspensão da realidade. Registra-se dessa maneira que essa perspectiva não passa de uma “[...] reatualização do conservadorismo e, como tal, não goza da relevância que a vertente modernizadora experimentou quando hegemônica” (SILVA E SILVA, 2011. p.134).

Os projetos profissionais mais conservadores começam a perder sua hegemonia na década de 70, quando a perspectiva de ruptura do conservadorismo, de cariz marxista, começa a tomar folego⁶, em especial pelo enfraquecimento da ditadura militar brasileiro e o questionamento da categoria profissional a ordem vigente. A vertente de ruptura tem seu marco inicial com o método Belo Horizonte. Todavia, será na década de 1980 que o projeto profissional de ruptura se consolida e se torna hegemônico, em especial na transição de 1979 com o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) “[...] eclode o grito da ruptura, continuado nos outros CBAs.” (idem, p.136). A perspectiva crítica traz a ideia de repensar o Estado e as instituições como espaço de contradição e repensar assim a sua demanda, há uma crescente “[...] para que assistentes sociais prestem assessoria em organizações populares, como movimentos, sindicatos, cooperativas etc.” (SILVA E SILVA, 2011. p.136).

Nas décadas seguintes, na passagem de 1980 a 1990, tivemos uma conjuntura nacional marcada por crises, que se delineia em uma forte resistência dos setores conservadores em implantar as conquistas derivadas da Constituição Federal de 1988. Tal contexto coloca significativas inflexões para as pretensões transformadoras do projeto de ruptura, para aprofundar essa contradição o país se abre, no governo Collor, ao projeto neoliberal, levando a uma progressiva agudização das mazelas sociais, a uma exponencial redução dos gastos sociais e conseqüentemente a precarização das políticas sociais e do trabalho do Assistente Social.

4. TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E A DETERIORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

⁶ “[...] os questionamentos partem de setores profissionais que se incompatibilizam com o traço conservador da modernização e com sua pertinência à ditadura, aguçados pela crítica aos rumos políticos ditatoriais e aos substratos teóricos do projeto hegemônico da década de 1970, constituindo-se a vertente de ruptura.” (NETTO, 2010, p.156-7)



O Serviço Social no último decênio do século XX já se apresenta, no Brasil, como profissão relativamente consolidada. Todavia, o mundo por uma visão macroeconômica avançava na sua redimensionalização sob os moldes neoliberais⁷ e sob uma reestruturação produtiva de caráter flexível⁸. As transformações que sucedem a implantação do projeto neoliberal e a acumulação flexível no mundo do trabalho alteram as relações entre Estado e sociedade, acabando por redefinir o papel do Estado e alterar o parâmetro de constituição do seu sistema de proteção social, com significativo prejuízo ao desenvolvimento das políticas sociais através das diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais, como assevera Iamamoto (2015) “as repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, mais descentralizadas, mais privatizadas.” (p.36).

Tal modelo econômico e político traz seis princípios: 1-um Estado forte para romper com o sindicalismo e controlar a moeda; 2-cortes em gastos sociais e redução na regulamentação da economia; 3- busca pela estabilidade monetária; 4- disciplina orçamentária para controlar os gastos e restaurar uma taxa natural de desemprego; 5- o Estado terá que viabilizar uma reforma fiscal que beneficie o mercado; 6- flexibilização dos direitos sociais. (BEHRING, 2007). Suas reflexões para a classe trabalhadora são devastadoras “Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo.” (BEHRING, 2007, p.26).

O resultado dessa conjuntura é a tendência de um Estado cada vez mais submisso aos interesses econômicos e políticos da burguesia em consonância a uma ampla prevalência da financeirização da economia. Iamamoto (2015) reitera que:

O aprofundamento das desigualdades sociais e a ampliação do desemprego atestam ser a proposta neoliberal vitoriosa, visto serem estas as suas metas, ao apostar no mercado como grande esfera reguladora das relações econômicas,

⁷ “O neoliberalismo é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda da rentabilidade e da governabilidade, que enfrentou durante a década de 1970. O projeto neoliberal se expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como no desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que tem no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa de sua crise fiscal.” (CEOLIN, 2014, p.252).

⁸ O novo padrão de acumulação capitalista, conhecido como acumulação flexível ou toyotismo desencadeou prejuízos imensuráveis a classe trabalhadora, no que concerne ao controle da produção e da subjetividade do trabalhador, intensificando ainda mais a produção através de suas diversas estratégias de gerenciamento visando à intensificação do trabalho. “O projeto neoliberal ocorre através da vigência de políticas que, propiciaram condições favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente (privatização, desregulamentação e flexibilização), sendo o processo de reestruturação produtiva do capital sua base material.” (ANTUNES, 2010, p.25).



cabendo aos indivíduos à responsabilidade de “se virarem no mercado”. (p.35).

A conjuntura neoliberal vai atingir profundamente as condições e relação de trabalho do Assistente Social, por meio da retração do Estado (seu principal empregador), do sucateamento das políticas sociais, pela redução e cortes orçamentários no atendimento às suas demandas, nas relações de trabalho, “a polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social [...]” (IAMAMOTO, 2015, p.48-9).

Neste cenário o mercado de trabalho se apresenta flexibilizado, respondendo ao direcionamento da gerencia flexível do trabalho, como nos assevera Alves (2011) “[...] todo empreendimento capitalista tende hoje a ser coagido pela concorrência a adotar procedimentos técnico-organizacionais oriundo da matriz ideológico-valorativa toyotista.” (p.43) e lamamoto (2015), reafirmando as principais sequelas da reestruturação produtiva para o Serviço Social “[...] uma flexibilização do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores[...]” (p.31).

Como reflexo empírico da realidade buscamos demonstrar por meio de fontes, utilizando os relatórios do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) que nos traz elementos a nível nacional e regional para o estudo do perfil profissional; pesquisas como a realizada pelo DIESSE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) que nos traz um estudo sobre o perfil do Assistente Social a nível nacional e regional; pelo CRESS-MG que traça o perfil profissional do Assistente Social em Belo horizonte e livros como “O Assistente Social e as mudanças no mundo do trabalho”, que publiciza estudos da categoria profissional no estado do Amazonas.

Nesta direção, constata-se, segundo o CFESS (2005), através de pesquisa por amostragem com 1.049 Assistentes Sociais a nível nacional, que destas, 11,74% não possui vínculo empregatício. Na região Nordeste 10,50% estão fora do mercado de trabalho e os que estão inseridos no mercado de trabalho, na região nordeste, 13,70% possuem duplo vínculo. Torna-se perceptível a dificuldade de inserção da categoria profissional no mercado de trabalho e a sua dupla jornada, porém a relação de precarização das condições e relações de trabalho do Assistente Social tornam-se mais clara através dos seguintes dados: “no Nordeste 26,53% das(os) assistentes sociais possuem vínculos como celetistas, 12,24% como serviços prestados e 11,73% como contrato temporário. Assim, observa-se a



precarização dos vínculos mesmo nas esferas públicas estatais.” (CFESS, 2005, p.28), esses dados são confirmados também pela pesquisa do DIESSE (2015) “Os assistentes sociais contratados pelo regime estatutário representavam 55,5% dos ocupados, e os celetistas 40,7%, sendo que 39,7% era contrato por prazo indeterminado e 1,0% por prazo determinado.” (p.13).

Todavia, a crescente precarização das relações e condições de trabalho do Assistente Social não se mostram relevantes apenas na região Nordeste. Em pesquisa realizada pelo CRESS-MG na cidade de Belo Horizonte, em 2010, verificou-se uma redução na renda da categoria profissional, o que pode ser entendido como reflexo do crescente processo de degradação que o trabalho do Assistente Social vem passando:

[...] o salário auferido como assistente social varia de R\$600,00 a valores acima de R\$ 3.000,00. Em 2010, período das entrevistas, o valor do salário mínimo correspondia a R\$510,00, o que significa que alguns profissionais recebiam o equivalente ao salário mínimo da época. A maioria dos profissionais, 48%, relatou receber entre R\$1.000,00 a R\$2.000,00 [...] Mesmo assim, observa-se ainda a baixa remuneração[...] (GIRALDELLI et al, 2014, p.14).

Todos os dados elencados nos esclarece que a conjuntura neoliberal e a gestão flexível do trabalho, que adquiriu maior flego na transição do século XX ao XXI, esta se aprofundando progressivamente. No âmbito do Estado podemos verificar tal afirmativa, levantando como exemplo a pesquisa realizada no Amazonas em que “verifica-se que 60,59% dos assistentes sociais afirmaram que há redução do orçamento[...]”(SILVIA et al, 2005, p.75), o que acarreta como uma das consequências a descontinuidade de programas e projetos, precarizando ainda mais o exercício profissional do assistente social, pois sem recursos adequados não é possível realizar de forma eficiente políticas sociais e nem assegurar a qualidade dos serviços prestados. Logo, as mudanças em cursos, elencadas de forma sintética, repercute no espaço do assistente social, determinando as condições em que o trabalho profissional se realiza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que diante da atual conjuntura de sucateamento das políticas sociais, de deteriorização dos direitos sociais, da difusão de um projeto político e econômico neoliberal que retrai progressivamente o Estado diante das suas obrigações constitucionais e da financeirização do próprio Estado em favor dos interesses do mercado. A profissão se vê diante de um grande desafio, como bem traduziu Iamamoto (2015) “[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar



direitos[...]” (p.20), ou seja, não ser apenas um “executor terminal de políticas sociais” mas além de tudo um profissional propositivo e comprometido com o projeto ético-político da profissão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **ADEUS AO TRABALHO? ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO**. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine. **FUNDAMENTOS DE POLÍTICA SOCIAL**. In (org) Mota. Ana Elizabeth at al Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. 2 ed, São Paulo: Cortez, 2007.

CEOLIN, George Francisco. **CRISE DO CAPITAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E IMPACTOS NO SERVIÇO SOCIAL**. Serviço Social e Sociedade, n.118, p. 239- 264, São Paulo: Cortez, 2014.

DIEESE. **QUEM SÃO OS ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL?** BRASÍLIA: CUT-Nacional, 2015.

GUIRALDELLI, Reginaldo; MACIEL, Fabricia Cristina de Castro; FIGUEIREDO, Kênia Augusta. **PERFIL PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DE BELO HORIZONTE (MG): subsídios para análise**. CRESS-MG, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **RELAÇÕES SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: ESBOÇO DE UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICO-METODOLÓGICA**. 41^a Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**. 26^a Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINELLI, Maria Lucia. **SERVIÇO SOCIAL IDENTIDADE E ALIENAÇÃO**. Ed. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL PÓS-64**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SILVIA, Maria Ozanira da Silva E. **O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR**. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVIA, Mendes. **O ASSISTENTE SOCIAL E AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO**. Manaus: EDUA, 2005.